

EMENTA: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/1998 DE CESSÃO DE USO ONEROSA, POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS, E DO OUTRO LADO, A SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA, NA FORMA ABAIXO DESCRITA:

Pelo presente instrumento particular que entre si fazem, de um lado na qualidade de **CONTRATANTE, SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS**, empresa pública de direito privado criada pela Lei n.º 7.763, de 07 de novembro de 1978, alterada pela Lei nº 16.441/2018, cadastrada no Ministério da Fazenda sob o CNPJ n.º 11.448.933/0001-62, localizada no Engenho Massangana, à altura do Km.10, da Rodovia PE-60, no município de Ipojuca, deste Estado de Pernambuco, também designada simplesmente por **SUAPE** ou **CONTRATANTE**, neste ato legalmente representada por seu Diretor Presidente, Sr. **ROBERTO DUARTE GUSMÃO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 2.419.879 - SSP/PE, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 661.539.054-04, e por seu Diretor de Gestão Portuária, Sr. **PAULO LUÍS MOURA COIMBRA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.657.277 - SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 213.236.314-53, ambos residentes e domiciliados na cidade do Recife/PE, e do outro lado, na qualidade de **CONTRATADO**, a empresa **SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.791.896/0001-00, com sede na Rodovia BR 381 Fernão Dias s/nº Km 485,3, Bairro Santo Antônio, Betim/MG, neste ato representada por seus Diretores, o Sr. **RUBENS LEDO GONÇALVES RAMOS**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da carteira de identidade RG 09.072.622-5, expedida pelo Detran/RJ em 11/04/2013, inscrito no CPF 034.315.317-33 e a Sra. **GLÓRIA SILVA DE CASTRO**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade RG nº 076934371, expedida pelo IFP/RJ em 30/08/1985, inscrita no CPF/MF sob o nº 000.351.857-40, todos com endereço profissional na Av. Presidente Wilson, nº 231, 20º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, lastreadas no julgamento do **PROCESSO LICITATÓRIO** proferido pela Comissão de Especial Licitação de **SUAPE**, vinculado ao edital da **CONCORRÊNCIA N.º 009/1997**, fundamentado na Lei nº 8.666/93, bem como, nos dispositivos da Lei nº 12.815/2013, do Decreto nº 8.033/2013 e na Portaria MINFRA/SNPTA nº 51/2021, **TÊM ENTRE SI, JUSTO E ACORDADO**, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/1998** mediante as seguintes as Cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem:

1. DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo tem fundamento legal na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores; nos dispositivos da Lei nº 12.815/2013, do Decreto nº 8.033/2013, na Portaria MINFRA/SNPTA nº 51/2021, na Proposta Operacional Administrativa – POA Eletrônica nº 007/2021, NOTA TÉCNICA - SUAPE - UNIDADE DE CONTRATOS, PROCESSOS, FATURAMENTO E ESTATÍSTICA - Nº 6/2021, PARECER ORÇAMENTÁRIO Nº 137/SUAPE – UEG e seus anexos; bem como nas justificativas técnicas, informes e despachos contidos no procedimento de solicitação de aditivo, que ficam fazendo parte integrante e complementar deste Instrumento, como se aqui estivessem inteiramente reproduzidos, para todos os fins de direito, independentemente de suas transcrições, tudo devidamente justificado e autorizado pela Diretoria de **SUAPE**.

2. DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo:

2.1 A alteração da denominação contratual com base na Portaria MINFRA/SNPTA nº 51/2021, que passa a ser CESSÃO DE USO ONEROSA, considerando que a área objeto desta cessão encontra-se dentro da poligonal do **PORTO ORGANIZADO DE SUAPE** e classifica-se como não-operacional;

2.2 A alteração das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DA CESSÃO

A CESSIONÁRIA pagará a SUAPE, mensalmente, pela cessão da área objeto deste CONTRATO o valor mensal total de R\$ 94.188,39 (noventa e quatro mil, cento e oitenta e oito reais e trinta e nove centavos), correspondente ao montante global de R\$ 28.256.517,00 (vinte e oito milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e dezessete reais), conforme proposta apresentada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os valores contratuais serão reajustados a cada período de 12 (doze) meses, decorrido um ano da proposta ou do orçamento a que essa se referir, através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que o venha substituir no período.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na falta do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, SUAPE adotará outro índice que venha a ser regulamentado pelo Governo Federal.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O atraso no pagamento mensal pela CESSIONÁRIA a SUAPE, por mais de 03 (três) meses consecutivos, ensejará a rescisão do instrumento contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: O atraso no pagamento da parcela implicará na aplicação de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, acrescida de multa de 2% (dois por cento) sobre a inadimplência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

Os pagamentos deverão ser realizados, mensalmente, pela CESSIONÁRIA mediante fatura emitida por SUAPE, na qual constará a data do seu vencimento, conforme rotineiramente praticado por SUAPE.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

Estabelecer a prorrogação antecipada do prazo do Contrato de Arrendamento nº 004/1998, com base na Portaria MINFRA/SNPTA nº 51/2021, que terá término em 03/02/2023, por mais 25 (vinte e cinco) anos, por interesse das partes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de duração do presente contrato de cessão de uso onerosa de área no PORTO ORGANIZADO DE SUAPE é de 25 (vinte e cinco) anos, com início de vigência do prazo em 03/02/2023 e término em 03/02/2048.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Esta alteração mantém a obrigação de cumprir todos os requisitos exigidos à época da habilitação na licitação, nos termos do edital e neste contrato; não causando qualquer prejuízo à boa execução contratual, restando mantidas as condições pactuadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CESSIONÁRIA deverá solicitar a prorrogação do prazo do presente contrato de cessão em até 6 (seis) meses antes do término deste instrumento, sob pena de decadência desse direito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações:

I - DO CESSIONÁRIO:

- a) fixar e manter em local visível placa alusiva ao empreendimento às atividades/objeto contratado;
- b) adotar medidas necessárias para evitar, fazer cessar, mitigar ou compensar a geração de danos ao meio ambiente, causados em decorrência do desenvolvimento de suas atividades, observada a legislação aplicável e as recomendações para o setor;
- c) cumprir, no que couber, o Regulamento de Exploração do Porto;
- d) atender à intimação para regularizar a utilização da área;
- e) manter por si a área cedida, em perfeitas condições de uso, limpeza e higiene, zelando sempre para que sua utilização se proceda de acordo com sua destinação;
- f) não alterar a finalidade da destinação objeto do presente contrato, sob qualquer motivo ou pretexto, nem transferir a posse da área cedida, no todo ou em parte, a qualquer título, sob pena de rescisão do presente contrato, exceto na hipótese fixada pela Cláusula Décima Segunda deste instrumento;
- g) pagar todas as despesas fixadas no presente contrato, como também, as relativas a impostos e taxas, fornecimento de água, energia elétrica, manutenção dos equipamentos, etc. no período em que utilizar a área e instalações de SUAPE;
- h) responder diretamente por todos os danos e prejuízos, eventualmente, causados a terceiros ou a SUAPE, por ação, omissão ou negligência sua ou de preposto a seu serviço;

i) manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação instaurada por SUAPE;

II – DO CEDENTE:

a) entregar ao CESSIONÁRIO a área objeto deste Contrato, na condição em que se encontra.

b) apoiar o CESSIONÁRIO no cumprimento de exigências que lhe sejam feitas pelos órgãos de fiscalização e que sejam de responsabilidade do mesmo;

c) encaminhar à ANTAQ o presente contrato de cessão de uso onerosa em até 30 (trinta) dias a partir da sua celebração.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

A fiscalização e o gerenciamento deste Contrato serão procedidos pela Diretoria de Gestão Portuária através da Unidade de Contratos, Processos, Faturamento e Estatística - UCFE.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

São penalidades impostas por descumprimento ao que previsto neste contrato:

a) multa;

b) advertência;

c) rescisão administrativa do contrato; e

d) caducidade do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As penalidades acima apresentadas poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ressalvadas as disposições deste Instrumento, com penalidades específicas já previstas, a CESSIONÁRIA deixando de cumprir quaisquer outras cláusulas deste instrumento contratual ou infringindo disposições legais vigentes, estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor semestral da cessão da área, vigente na ocasião do inadimplemento, que lhe será imposta por SUAPE.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Das penalidades aplicadas por SUAPE, que serão precedidas do contraditório e ampla defesa, caberá recurso à Autoridade Superior competente, no prazo de 15 (quinze) dias da data da comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DA CESSÃO

A cessão de uso objeto deste contrato poderá se extinguir, fazendo reverter o imóvel à CEDENTE nos seguintes casos:

a) Pelo decurso do prazo, observado o disposto na Cláusula Terceira;

b) A qualquer tempo, por comum acordo entre as partes, mediante instrumento escrito assinado por ambas as partes;

c) Utilização da área pela CESSIONÁRIA com destinação diversa da estabelecida neste contrato;

d) Caducidade do contrato;

- e) Rescisão administrativa;
- f) Decisão judicial transitada em julgado;
- g) Determinação da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A critério de SUAPE o contrato de cessão de uso onerosa poderá ser rescindido caso seja dada destinação diversa à área.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Rescindido o contrato por culpa da CESSIONÁRIA, a área cedida voltará a propriedade, domínio e posse de Suape, com todas as benfeitorias de caráter permanente que haja sido ali implantadas.

3. DA PUBLICAÇÃO

Conforme disposto na Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais alterações, o presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial do Estado, na forma de extrato, como condição de sua eficácia.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas do **CONTRATO SUAPE Nº 004/1998**, que não foram implícitas ou explicitamente alteradas pelo presente Instrumento.

E, por estarem assim, justas, acordadas e contratadas, as partes mandaram elaborar o presente **1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/1998**, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para o mesmo fim e efeito de direito, o qual depois de lido e achado conforme, assinam-no, juntamente com as duas testemunhas abaixo, especialmente convocadas para este ato, que a tudo assistiram.

Ipojuca/PE, 22 de dezembro de 2021.

SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS

ROBERTO DUARTE GUSMÃO

Diretor Presidente

PAULO LUÍS MOURA COIMBRA

Diretor de Gestão Portuária

NILSON MONTEIRO DA SILVA FILHO

UCFE - Unidade de Contratos, Processos, Faturamento e Estatística

Gestor/Fiscal do Contrato

SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA

RUBENS LEDO GONÇALVES RAMOS

Diretor

GLÓRIA SILVA DE CASTRO

Diretora

TESTEMUNHAS:

1. _____

CPF/MF n.º

2. _____

CPF/MF n.º



Documento assinado eletronicamente por **Yara Assis Vidal**, em 22/12/2021, às 11:42, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Artur Falcão Camara**, em 22/12/2021, às 14:56, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nilson Monteiro da Silva Filho**, em 22/12/2021, às 15:18, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RUBENS LEDO GONCALVES RAMOS**, em 23/12/2021, às 18:46, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **GLORIA SILVA DE CASTRO**, em 24/12/2021, às 14:18, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Luis Moura Coimbra**, em 27/12/2021, às 09:37, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Duarte Gusmão**, em 27/12/2021, às 09:43, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **19908736** e o código CRC **E1261FBA**.

COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS

Km 10, Rodovia PE-60, - Bairro Engenho Massangana, Ipojuca/PE - CEP 55.590-000, Telefone: (81) 3527-5000